

**MANIFESTO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E INDIGENISTAS DA
 REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES**

*Edine,
 P. Myrino
 15/06/95*

CONTEXTUALIZAÇÃO

A região do Alto Solimões é tradicionalmente habitado pelo povo Tikuna, localizado às margens do rio Solimões e pelos povos Marubo, Matsés, Kanamari, Kulina, Matis, e outras grupos isoladas que vivem no vale do rio Javari proxima a fronteira do Brasil com o Peru. As áreas indígenas foram inicialmente invadidas pelos caucheiros e seringueiros a partir do início do século e desde 1945 pelas frentes madeiras que adentraram principalmente os altos rios do vale Javari.

O contato forçado com essas frentes pioneiras provocou constantes conflitos com os povos indígenas, sérias interferências em suas culturas tradicionais e o desaparecimento de varios grupos indígenas.

A realidade contemporânea dos povos indígenas do Alto Solimões em nada mudou. Pudemos verificar ao longo dos últimos anos a continuidade dos preconceitos e da animosidade existente por parte da população regional para com os índios. Essa situação ficou evidenciado através de vários conflitos abertamente provocados pela atuação indevida dos órgãos governamentais ou pela classe politica e empresários da região que promovem a exploração das áreas indígenas. Vários exemplos caracterizam a violação dos direitos fundamentais dos índios como povos e como indivíduos merecedor de respeito e dignidade, como qualquer outro cidadão brasileiro. Vários conflitos e mortes ocorreram nos últimos anos entre índios isolados e não-índios na ocasião das tentativas promovidas pela FUNAI de forçar de qualquer forma o contato como grupos isolados da região principalmente os índios Korubo;

Em 1985, as pesquisas sismográficas realizados pelo Petrobras no região do vale Javari provocou a morte de vários índios isolados bem como interferências enormes em sua cultura tradicional;

O dia 28 de março de 1988, no episódio tristemente conhecido como " massacre do Capacete" 14 índios Tikuna foram mortos e 22 feridos numa emboscada promovida por moradores do municipio de Benjamin Constant;

- jornal A Critica
- jornal Am. em Tempo
- jornal do Comércio
- TV RBN

No início de setembro de 1989 na confluência dos rios Itaquai e Itui, 4 índios isolados da etnia Korubo foram abatidos por seringueiros e pescadores daquela região.

A interdição da área indígena do vale de Javari em 1985 deu início ao processo demarcatório do território indígena do Vale do Javari, e a demarcação de várias áreas indígenas Tikuna, inclusive as áreas tradicionais Evare I e II em 1993, o que reforçou as tensões sociais e a animosidade para com os povos indígenas.

O surgimento das organizações indígenas e indigenistas na década de 80, e o maior reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição de 1988 favoreceu uma maior consciência dos povos indígenas na busca de uma melhoria de vida nas aldeias, principalmente no campo da saúde, reivindicando maior assistência por parte da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, implantada no início da década de 70 na região.

Por sua vez a população ribeirinha permaneceu no mais total esquecimento sem receber a mínima assistência por parte dos órgãos municipais, estaduais e federais. O mesmo ocorreu com os trabalhadores de madeira, ainda hoje completamente explorados pelos patrões madeireiros e seus intermediários, reproduzindo através do sistema de aviação, uma forma de exploração da mão-de-obra comparada aquela utilizada na época medieval, em que o trabalhador nunca recebe dinheiro, aumentando a cada ano sua dependência em relação ao patrão. A situação de isolamento dos trabalhadores madeireiros e dos ribeirinhos não possibilitou o menor grau de organização que permitisse pressionar os órgãos competentes no sentido de atender suas necessidades básicas.

SITUAÇÃO ATUAL DE TENSÃO NO ALTO SOLIMÕES

A insatisfação da classe madeireira e política da região com a demarcação das áreas indígenas Tikuna e o início do processo demarcatório da área indígena do Vale do Javari tem aumentado a medida que vêm ameaçadas as perspectivas de exploração madeireira naquela região. Reagiram violentamente em diversas ocasiões levantando a população contra os índios e seus aliados. Isso se caracterizou claramente na ocasião de uma passeata promovida na cidade de Benjamin Constant em dezembro 92 contra a demarcação das terras indígenas gerando um clima de ameaças e de medo sem trazer quaisquer propostas que poderiam favorecer um diálogo e a busca de soluções conjuntas tanto para os índios, quanto para a população regional.

Em diversas ocasiões trabalhadores madeireiros foram diretamente armados pelos patrões para penetrarem no território de grupos indígenas isolados, numa postura de grande hostilidade e gerando, inclusive, vários conflitos muitos dos quais provocando morte de ambos os lados.

Mais recentemente, a apreensão da safra de madeira extraída da área indígena Vale do Javari pelo Exército, a pedido de um grande madeireiro da região, Sr. Francisco Batista, por motivo de insatisfação pelo contrabando de madeiras de lei para o Peru, realizado por madeireiros por ele aviados, gerou maior revolta entre a classe madeireira da região. Este fato relacionado com a chegada de uma Comissão da FUNAI para adequação dos limites da Área Indígena do Vale do Javari, acirrou os descontentamentos e fez com que uma reunião dos madeireiros e políticos fosse realizada na Biblioteca Municipal de B. Constant no dia 1 de maio do ano em curso.

Nesta reunião várias ameaças foram proferidas contra os índios, suas organizações e as entidades de apoio e o próprio prefeito de B. Constant Sr. Floriano Ramos Graça incentivou os participantes a incendiarem as sedes do Centro Maguta, organização do povo Ticuna, do Conselho Indígena do Vale do Javari e da Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões. Nesta ocasião, foi marcada para o dia 06 de junho de 95 uma passeata de contestação, posteriormente adiada para os dias 13 em Atalaia do Norte e 17 em Benjamin Constant.

Os argumentos utilizados pelos poderes econômicos locais para insuflar a população contra os índios se dão sempre através de chavões tais como: Muita terra para pouco índio; internacionalização da Amazônia; decadência econômica da região, etc., no intuito de garantir a continuidade de suas atividades nas áreas indígenas, beneficiando-se a si mesmos em detrimento da grande maioria da população que permanece em estado absoluto de pobreza.

Criticam ainda as organizações indígenas e indigenistas responsabilizando-as diretamente pelo fechamento dos rios e conseqüente paralização das atividades madeireiras sem ao mínimo conhecer o trabalho por elas efetuado na promoção da cultura e da sobrevivência dos povos indígenas.

APELO AS AUTORIDADES

Diante da gravidade do quadro apresentado e das ameaças atualmente dirigidas contra as organizações indígenas e indigenistas do Alto Solimões atingindo a sua integridade física e patrimonial, as entidades abaixo relacionadas solicitam, em caráter de urgência, as seguintes medidas:

- Proteção do Ministério Público aos povos indígenas de toda região do Alto Solimões em conformidade com a Constituição Federal;


- Pedido de Habeas Corpus para todos os integrantes das organizações indígenas e indigenistas atuantes na região, conforme relação anexa;

- Pedido de proteção patrimonial aos bens móveis e imóveis pertencentes as organizações supra mencionadas, conforme relação anexa;

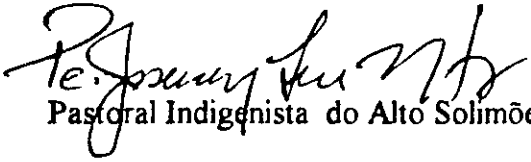
- A apuração das responsabilidades em relação as ameaças constantemente dirigidas às lideranças indígenas e aos integrantes das entidades indigenistas, e a consequente responsabilidade em relação a quaisquer atos futuros que venham atingir a integridade física, moral e patrimonial dos mesmos.

Benjamin Constant: 13 de junho de 1995


Conselho Indígena do Vale do Javari - CIVAJA


Conselho Geral da Tribo Ticuna - CGTT


Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB


Pastoral Indigenista do Alto Solimões